



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO GRANDE DA SERRA

Estado de São Paulo

### LEI MUNICIPAL Nº. 1.871, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2010

*“Dispõe sobre inscrição e parcelamento de débitos tributários e não tributários em Dívida Ativa e dá outras providências.”*

**ADLER ALFREDO JARDIM TEIXEIRA**, Prefeito do Município de Rio Grande da Serra, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições Legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

#### LEI

**Art. 1º.** - A Fazenda Municipal de Rio Grande da Serra, anualmente, inscreverá em Dívida Ativa os débitos tributários e não tributários, constituídos por inadimplência dos contribuintes, e não recolhidos até o mês de dezembro de cada exercício.

**Parágrafo Único** - Os débitos referidos no *caput* deste artigo serão acrescidos 2%(dois por cento) de multa, 1% (um por cento) de juros ao mês, a título de mora, e corrigidos monetariamente de acordo com os índices estabelecidos pela Legislação em vigor.

**Art. 2º.** - Os débitos tributários poderão ser pagos mediante celebração do termo de acordo e confissão de dívida, a ser elaborada pela Secretaria de Finanças, em até 50 (cinquenta) parcelas, mensais e consecutivas e serão reajustadas no mês de janeiro de cada exercício, segundo a variação acumulada do IGPM-FGV.

§ 1º. - Os débitos não tributários poderão ser pagos mediante celebração de termo de acordo e confissão de dívida, a ser celebrado pela Secretaria de Finanças, em até 20 (vinte) parcelas, mensais e consecutivas e serão reajustadas no mês de janeiro de cada exercício, segundo a variação acumulada do IGPM-FGV.

§ 2º. - Os débitos fiscais, objeto do termo de acordo, a que aludem o *caput* e o 1º. deste artigo, serão apurados calculando-se o principal acrescido de multa, juros de mora e correção monetária, na forma desta Lei.

§ 3º. - O valor de cada parcela do termo de acordo não poderá ser inferior a R\$ 20,00 (vinte reais).

§ 4º. -As parcelas que não forem quitadas na data de seu efetivo vencimento, serão acrescidas 1% (um por cento) de juros moratórios ao mês.

**Art. 3º.** - No caso de haver o contribuinte firmado termo de acordo, com fulcro no artigo 2º. desta Lei, o inadimplemento de 03 (três) parcelas consecutivas ou alternadas, ensejará a rescisão automática do termo de acordo firmado, independentemente de



Respeito por você

Av. Dom Pedro I, nº 10, Centro, Rio Grande da Serra-SP – CEP 09450-000, fone 4820-8200  
site - [www.riograndedaserra.sp.gov.br](http://www.riograndedaserra.sp.gov.br)



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO GRANDE DA SERRA**

Estado de São Paulo

qualquer notificação prévia, vencendo-se antecipadamente todas as parcelas remanescentes e após apurado o valor débito, este será exigido através de execução fiscal.

**Art. 4º.** - Caso o tributo esteja sendo objeto de execução fiscal, após recolhidas as custas, despesas processuais e honorários advocatícios, o contribuinte poderá ser beneficiado pela presente Lei.

**Art. 5º.** - Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2011 e terá vigência até 31 de dezembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Rio Grande da Serra, 9 de novembro de 2010. - 46º. Ano de Emancipação Político-Administrativa do Município.

  
**Adler Alfredo Jardim Teixeira**

Prefeito Municipal

PjLei nº. 58.10.2010 = PM  
Autógrafo nº. 056.11.2010 = CM  
Processo nº. 2.335/10 = PM

Publicado no quadro de editais na mesma data e pela imprensa na forma da lei.



Prefeitura Municipal 2005/2008  
**RIO GRANDE DA SERRA**

*Respeito por você*

Av. Dom Pedro I, nº 10, Centro, Rio Grande da Serra- SP – CEP 09450-000, fone 4820-8200  
site - [www.rinorandadaserra.sp.gov.br](http://www.rinorandadaserra.sp.gov.br)